

QUANDO FALAR DIFERENTE É *SER* DIFERENTE: O ENVOLTÓRIO ÉTICO DA SOCIOLINGUÍSTICA

Saul Cabral Gomes Júnior (USP/FAFE)¹

Resumo

A Sociolinguística analisa a língua de modo integral; ela traz à tona as múltiplas realizações linguísticas e, a partir disso, faz emergirem as diferentes identidades sociais a elas vinculadas. Ao trazer a lume tais identidades, a pesquisa sociolinguística assume um caráter ético, pois evidencia o fato de que as variantes não-padrão são intrínsecas aos âmbitos socioculturais de seus usuários, integrando a *diferença* ao cerne dos estudos linguísticos. A proposição fundamental da Sociolinguística é a de que, paralelamente ao ensino da norma-padrão, exponham-se as outras formas de manifestação da língua, para que assim ocorram, simultaneamente, o acréscimo da norma-padrão ao cabedal do falante e a preservação da identidade linguístico-cultural do indivíduo.

Palavras-chave: Sociolinguística. Diversidade linguística. Cultura. Identidade. Ética.

Abstract

Sociolinguistics analyzes the language in an integral way; it brings to light the multiple linguistic achievements and, from this, makes the different social identities linked to them emerge. By bringing to light such identities, sociolinguistic research assumes an ethical character, as it highlights the fact that non-standard variants are intrinsic to the sociocultural scopes of its users, integrating difference at the heart of linguistic studies. The fundamental proposition of Sociolinguistics is that, in parallel with the teaching of the standard norm, other forms of language manifestation should be exposed, so that simultaneously the addition of the standard norm to the speaker's body and the preservation of the linguistic-cultural identity of the individual.

Keywords: Sociolinguistics. Linguistic diversity. Culture. Identity. Ethic.

Introdução

No retrospecto efetivado por Hymes (1977), explicita-se que a Sociolinguística surgiu a partir da ineficácia da Linguística Estrutural para responder a questões que

¹ Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade Fernão Dias (FAFE).

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

demandavam um conhecimento aprofundado acerca dos usuários da língua, dos atos de fala e das comunidades linguísticas. Por se concentrar na análise das formas linguísticas isoladamente, o Estruturalismo detivera-se numa exploração superficial da inter-relação língua X sociedade.

Com o advento da Sociolinguística, pôde-se corroborar o fato de que a língua não é um mero instrumento de comunicação, como haviam julgado os estruturalistas. Veicular informações é apenas uma das funções da língua, dentre as quais Gnerre (1998) destaca a de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa realmente ou acha que ocupa na sociedade em que vive. Ao verbalizar essa posição, o indivíduo exerce uma influência no ambiente em que se consumam os atos linguísticos, a partir da qual se configura uma relação social de poder.

Nessa relação, concentram-se as reflexões de Trudgill (1986), cujos estudos demonstram que os falantes podem empregar as formas linguísticas em favor de propósitos pessoais, para influenciar a situação que desejarem e para estabelecer efeitos de sentido. Arraigados nessa relação de poder, estão os juízos de valor direcionados às manifestações linguísticas que se encontram em desacordo com a norma-padrão. Para essas manifestações linguísticas, volta-se o olhar sociolinguístico, que analisa a língua de modo integral, investigando-a enquanto sistema que apresenta *várias* manifestações.

Dessa forma, a Sociolinguística traz à tona as identidades sociais vinculadas às múltiplas realizações linguísticas. Ao trazer a lume tais identidades, a pesquisa sociolinguística assume contornos éticos, visto que, por meio da investigação linguística, confere visibilidade científica a agentes sociais aos quais se dirige uma segregação. À explicitação do caráter ético da Sociolinguística, destina-se o presente artigo.

1 A dimensão ética da Sociolinguística

1.1 A variação essencial e a ótica científica

A diversidade linguística sempre esteve latente nas gramáticas, especificamente no âmbito dos exemplos, a partir dos quais se instaura uma oposição entre o *bom uso da*

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

língua e o uso vulgar do idioma. Ao elaborar uma gramática, o autor retrata a língua, preconizando o uso assentado na norma-padrão e fazendo alusões ao uso efetivo da língua, isto é, à *hiperlíngua*, conceituada por Aurox (1998) como uma realidade produzida por indivíduos que, dotados de repertórios linguísticos não-idênticos, praticam a intercomunicação.

A presença da hiperlíngua nas obras gramaticais nos permite constatar que, ainda que assinaladas como *distorções linguísticas*, as manifestações empíricas da língua se fazem presentes nas gramáticas. Para exemplificar o *uso vulgar do idioma*, o gramático recorre a componentes desse uso linguístico, os quais consistem em realizações linguísticas que se desviam da norma-padrão. Essa abordagem da variação linguística como um elemento **acidental** se inscreve na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo. Nessa obra, Melo (1968, p. 12) expõe variações fonéticas dos vocábulos “*tenha*” e “*farinha*”: “[...] observar, por exemplo, que se deve dizer [...] *tenha* e não *tēa*, *farinha* e não *farīa* [...]”.

A variação linguística deixa de ser um elemento acidental quando, em 1972, William Labov publica *Padrões sociolinguísticos*. Nessa obra, o linguista norte-americano dirige um olhar analítico à variação, apresentando-a como um elemento **essencial** nos estudos linguísticos. Ao analisar quantitativamente o contexto sociocultural no qual as variantes não-padrão emergem, Labov (2008) põe em foco os caracterizadores sociais da variação linguística.

As proposições labovianas foram fundamentais para se estabelecer uma tipologia das variações linguísticas, as quais podem ser classificadas do seguinte modo: *temporais*, que são as variações relativas às diferentes faixas etárias; *espaciais*, que são as variações concernentes aos lugares diversos; *sociológicas*, que são as variações referentes à classe social e ao nível instrucional. Há um quarto tipo de variação que se distingue dos três mencionados, por ser extrínseco ao falante. Enquanto as variações diacrônica (de tempo), diatópica (de lugar) e diastrática (de esfera social) se constituem traços intrínsecos ao indivíduo – conferindo-lhe, propriamente, uma identidade social – a variação em virtude da *situação* o habilita a se adequar ao exterior, ao contexto comunicativo.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Às variações de uso da língua pelo falante em contextos distintos, as quais recebem a denominação específica de *registros*, atribui-se a seguinte divisão: *registro formal* (empregado em situações de formalidade, com predominância da norma-padrão) e *registro coloquial* ou *informal* (utilizado em situações familiares, em diálogos descontraídos nos quais se verifica maior intimidade entre os interlocutores). Preti (1994) explicita que se pode chamá-los, também, de *variações estilísticas*, na medida em que o usuário escolhe, de acordo com a situação, um estilo que julga conveniente para exprimir seu pensamento.

Embora os tipos de variação linguística sejam analisados individualmente – a fim de se obter uma melhor sistematização – faz-se imprescindível ressaltar que pode haver pontos de contato entre as variações. Ao dissertar sobre esses pontos de contato, Camacho (1988) menciona um caso frequente nos centros urbanos: as variantes adotadas por um migrante interiorano acabam estigmatizadas como índice de baixa categoria social, estabelecendo-se a transição de variação espacial para sociológica.

O perfil social do falante e o contexto comunicativo originam, assim, as duas óticas sob as quais se pode analisar a variação linguística. Nessas óticas científicas, arraigam-se as duas vertentes sociolinguísticas: a variacionista e a interacional. Fundamentada nas proposições labovianas, a Sociolinguística Variacionista utiliza-se de instrumentos estatísticos para analisar a variação linguística, associando-a diretamente a fatores sociais.

A Sociolinguística Interacional focaliza a atividade conversacional, na qual os falantes exercem papéis sociais, configurados a partir de diferentes maneiras de falar. Essas maneiras de falar consistem nas variações linguísticas, as quais, segundo Gumperz (2002), funcionam como um recurso comunicativo nas interações verbais. Tais interações ocorrem num contexto, que Ducrot e Todorov (1974) preferem chamar de *situação de discurso* e conceituam como o conjunto de circunstâncias no meio das quais se constitui um ato comunicativo (oral ou escrito).

Por se concentrar no contexto comunicativo, a Sociolinguística Interacional deixa-se nortear pela concepção de língua na qual assentam os estudos linguísticos contemporâneos: língua como *lugar de interação*, que possibilita aos integrantes de

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

uma comunidade a realização dos mais diversos tipos de ato. Essa concepção, conforme expõe Koch (1992), vem sucedendo continuamente as duas concepções cronologicamente anteriores: língua como *espelho do pensamento* e língua como *ferramenta de comunicação*.

Para a interação social, no âmago da qual afloram as variações linguísticas, volta-se a Sociolinguística de cunho interacional, disciplina linguística que analisa a conversação enquanto atividade que reúne agentes sociais dispostos a interagir verbalmente. Sob esse aspecto, a atividade conversacional apresenta-se como um âmbito de *partilha* entre os agentes do processo comunicativo. Nesse âmbito, no qual Hudson (1993) identifica uma relação social de *solidariedade*, os falantes compartilham informações e experiências, reduzindo a distância social entre eles.

Em suas duas vertentes, a Sociolinguística demonstra a interface entre língua e sociedade. Das reflexões de Preti (op. cit.), depreende-se que o enfoque das relações entre língua e sociedade conduz à forma como as comunidades articulam linguisticamente sua realidade, em consonância com sua cultura e seu sistema de vida. Nos vínculos entre língua e realidade sociocultural, concentra-se a Sociolinguística, cujo objetivo essencial é explicitar a dimensão integral da língua, que, por ser um sistema composto de variações, possui um caráter eminentemente heterogêneo.

1.2 A heterogeneidade linguística e a ética normativa

Coseriu (1987) afirma que a língua abrange dois aspectos: a *norma*, que engloba fatos linguísticos efetivamente realizados, e o *sistema*, que engloba também, virtualmente, os fatos não realizados, mas possíveis de acordo com as regras de combinação linguística. Trata-se de duas abstrações que se comprovam na *fala*, na atividade linguística concreta.

A norma é o modelo linguístico pelo qual opta o falante, no ato comunicativo. Considerando-se que a língua oferece diversas formas de enunciação, correspondentes às várias organizações sociais existentes, verifica-se a pluralidade das *normas*

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

linguísticas. Nessa pluralidade, arraiga-se a heterogeneidade linguística, a multiplicidade que assinala a língua, constituída por *diferentes* realizações.

A heterogeneidade linguística encontra-se diretamente vinculada à heterogeneidade social. Tal vinculação é possibilitada pela norma, em cuja manifestação primordial se inscreve o perfil social do falante. A norma pela qual opta primordialmente o indivíduo é aquela em que se imprimem componentes do seu universo sociocultural. Desse modo, a exterioridade social integra-se à língua, ocasionando uma amalgamação entre elementos socioculturais e estruturas linguísticas. Ressalta Pagotto (2004, p. 117):

[...] o exterior à língua é algo que integra o próprio funcionamento do sistema heterogêneo, já que só se pode fazer presente por meio da atuação do significado social. A exterioridade, desta forma, não seria externa, como um fora da estrutura linguística, mas parte dela, indelevelmente inscrita nas formas variantes.

Para a heterogeneidade linguística, materializada a partir do estabelecimento de diferentes normas linguísticas, dirige-se o olhar sociolinguístico. A Sociolinguística assenta no fato de que existem diferentes falares, existência que torna relativa a concepção de *erro linguístico*. Sob a ótica prescritiva da Gramática Tradicional, o erro instaura-se no momento em que a fala do indivíduo se afasta de um modelo linguístico pré-estabelecido. Assim, ao se realizar esse afastamento, o falante termina por se convencer de que não sabe falar, como destaca Possenti (2001, p. 29):

Os grupos que falam uma língua ou um dialeto em geral julgam a fala dos outros a partir da sua e acabam considerando que a *diferença* é um defeito ou um *erro*. Daí pensarmos, em geral, que os outros não sabem falar. Ou, ainda mais gravemente, acabarmos convencidos de que nós também não sabemos falar, se falamos de forma um pouco diferente daqueles que são para nós os modelos de comportamento linguístico.

A convicção de que não se sabe falar, originária da concepção tradicional de *erro linguístico*, perde o sentido ao se observar que todos os indivíduos conseguem participar de diálogos no decurso do convívio social. Ocorre que há variantes linguísticas que se encontram em desacordo com a norma-padrão e que, em virtude disso, são discriminadas. Ao se praticar essa discriminação, ignora-se o fato de que as

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

variantes não-padrão são intrínsecas aos ambientes socioculturais de seus usuários.

Fazem-se relevantes as considerações de Possenti (op. cit., p. 29-30):

Ora, se abrissemos os ouvidos, se encarássemos os *fatos*, eles nos mostrariam uma coisa óbvia: que *todos os que falam sabem falar*. [...] Os brasileiros cuja situação social e econômica não lhes permitiu que estudassem muitos anos (às vezes, nenhum) falam o tempo todo. É claro, falarão como se fala nos lugares em que eles nascem e vivem, e não como se fala em outros lugares ou entre outro tipo de gente.

Nas variantes não-padrão, as quais correspondem a universos culturais específicos, concentra-se a ótica científica da Sociolinguística. Ao tornar perceptíveis as identidades socioculturais subjacentes a essas variantes linguísticas, a pesquisa sociolinguística assume um caráter ético, pois resgata, por meio da investigação linguística, agentes sociais aos quais se destina uma segregação. Nesse resgate, busca-se contribuir, simultaneamente, para a produção científica e para o aprimoramento do convívio em sociedade. Quando estabelece proposições para se efetivar esse aprimoramento, a Sociolinguística atinge a esfera da *ética normativa*, à qual se dirigem as reflexões de Borges et al. (2002, p. 7):

A ética normativa pretende responder a perguntas como “o que devemos fazer?” ou, de forma mais ampla, “qual a melhor forma de viver bem?”. As respostas a essas questões recorrem ou à determinação da ação ou regra correta, ou à determinação mais ampla de um caráter moral.

No âmbito da ética normativa, sobreleva-se o esforço humano de aperfeiçoar as relações sociais. Nesse âmbito, identifica-se um procedimento que mantém uma sólida relação com os fundamentos sociolinguísticos. Trata-se do *utilitarismo de regra*, do estabelecimento de regras que possibilitem um tratamento igualitário para os indivíduos, por meio do qual se consolide o bem-estar social. Conceituam Borges et al. (op. cit., p. 10):

O *utilitarismo de regra* estabelece que devemos agir segundo regras que determinem o maior bem ou a maior felicidade para todos a que diz respeito nossa ação. A possibilidade de se arrolarem regras gerais provém da crença em que os indivíduos, seus motivos, características e valores não divergem tanto entre si que seja impróprio estabelecer normas com validade para todas as situações.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

O princípio sociolinguístico de que as variantes não-padrão devem ser incorporadas ao estudo linguístico se coaduna com a proposição na qual se baseia o utilitarismo de regra: adotarmos regras que proporcionem o maior bem àqueles a quem se dirige nossa ação. Dessa forma, aos usuários das variantes não-padrão, assegura-se a liberdade de manter os hábitos linguísticos inerentes à sua comunidade. Tal asseguuração contribui para que se consuma a autonomia do indivíduo, sobre a qual disserta Bornheim (2000, p. 251):

Evidentemente, a história da liberdade revela-se muito complexa, pois ela se modifica sempre de acordo com o sentido da aventura humana [...]. Mas, agora, a novidade concentra-se toda num único ponto, verdadeiro pressuposto de toda a doutrina: o indivíduo humano entendido como realidade autônoma. O conhecimento e a liberdade, em suas novas acepções, emprestam à autonomia como que a sua transparência.

Ao se reconhecer a autonomia linguística do indivíduo, adota-se uma postura liberal ante a manifestação de diferentes normas linguísticas. Na obra *Ética a Nicômacos*, Aristóteles associa a liberalidade à magnificência, ou seja, o filósofo grego instaura um vínculo entre a capacidade de conceder liberdade ao próximo e um alto grau de elevação do caráter. O Estagirita afirma:

Em relação à honra e desonra, o meio termo é a magnanimidade, o excesso é chamado de pretensão, e a falta é a pusilanimidade; e como já dissemos que a liberalidade se relaciona com a magnificência, distinguindo-se dela por tratar de pequenas somas, há uma certa qualidade que tem afinidades com a magnanimidade [...]. (ARISTÓTELES, 1999, p. 43)

É nessa concessão de liberdade – especificamente no plano linguístico – que se fundamenta a Sociolinguística. Tal procedimento, que se opõe à homogeneização preconizada pela Gramática Tradicional, relaciona-se com uma visão analítica da língua, que a insere num universo maior: a *cultura*. Por ser um componente cultural, a língua não apresenta um caráter homogêneo; ela caracteriza-se pela variedade. Para se compreender a língua como uma das manifestações culturais, faz-se imprescindível um conhecimento que transcende o âmbito gramatical. A esse conhecimento, Simões (2004, p. 90) atribui a denominação de *informação cultural*:

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Paisagens distintas geram usos, costumes, fatos e fenômenos diferenciados e a língua está entre eles. [...] Cada povo se exprime de modo peculiar, e isto ocorre no português e nas demais línguas, independentemente do local onde elas se realizem. Logo, há necessidade da informação cultural [...] além da meramente gramatical [...].

O aprofundamento da visão sobre a língua permite identificá-la como um elemento cultural, no qual se imprime a diversidade inerente a todas as realizações culturais. Nas diferentes manifestações linguísticas, há significações que nos remetem às várias identidades socioculturais existentes. Tal variedade acaba sendo dirimida pela hegemonia da norma-padrão, a qual se origina da instauração de uma *identidade-padrão*. Na padronização estabelecida pela Gramática Tradicional, reside uma normalização que suprime as identidades socioculturais correspondentes às variantes não-padrão. Fazem-se elucidativas as reflexões de Silva (2009, p. 83) sobre esse ato de *normalizar*:

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

A unilateralidade dessa normalização se opõe à pluralidade das normas linguísticas, nas quais se fundamentam os diferentes atos de fala. Nessas diferentes realizações linguísticas, concentra-se a Sociolinguística, cujo princípio fundamental é o de que, paralelamente ao ensino da norma-padrão, exponham-se as outras formas de manifestação da língua. Nota-se, portanto, que os princípios sociolinguísticos não anulam a importância de se ensinar a norma-padrão. Qualquer proposição que negue essa importância é um equívoco, como assevera Possenti (op. cit., p. 17):

[Devo] repetir que adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que *o objetivo da escola é ensinar o português padrão*, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.

Ao buscar uma conciliação entre o ensino da norma-padrão e a focalização das outras manifestações linguísticas, a Sociolinguística vincula-se diretamente à ética

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

normativa, visto que essa conciliação é um modo de se aprimorar o convívio em sociedade. A integração das variantes não-padrão ao ensino de língua materna possibilita aos usuários dessas variantes, concomitantemente, assimilar o modelo transmitido pela escola e reconhecer-se como integrantes da sociedade. Para que essa integração ocorra, faz-se necessária a presença da ética sociolinguística na sala de aula.

2 A ética sociolinguística e a *diferença* na sala de aula

2.1 Variação e *diferença*: um enlace no contexto multicultural

Na contemporaneidade, a revolução tecnológica em curso propiciou a instauração de um cenário multicultural, no qual os múltiplos agrupamentos culturais adquiriram instrumentos para se manifestar enquanto componentes da sociedade. Nesse contexto, os agrupamentos minoritários estabelecem um conjunto de ações autoafirmadoras, propulsionadas por um senso integrativo denominado *multiculturalismo*.

No contexto multicultural, no qual os agrupamentos minoritários reivindicam um efetivo espaço como atores sociais, verifica-se o apogeu dos contatos interculturais. A partir dessa culminância, a *diferença* é integrada ao cerne da experiência humana, possibilitando-se a intercomunicação das identidades culturais. Expõe Semprini (1999, p. 103-104):

A experiência da diferença é vista como um valor em si, pois ela não permite apenas o desencadeamento da dinâmica intersubjetiva – algo sempre válido para qualquer interação – mas ela permite igualmente ao indivíduo “distanciar-se” de sua identidade, colocá-la em jogo e fazê-la evoluir ao compará-la a outros modelos identitários.

Desse modo, no cenário multicultural, destina-se um lugar central à questão da *diferença*, noção a ser focalizada na escola, primordial espaço das experiências interculturais. Ao se voltar para a *diferença*, a escola ratifica seu compromisso com o universo sociocultural no qual está situada. Nesse compromisso, demonstram-se os vínculos entre educação e cultura, sobre os quais reflete Candau (2008, p. 13):

[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

experiência pedagógica “desculturizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s).

Devido a esse compromisso com o panorama sociocultural no qual está inserida, a escola contemporânea incorpora a *diferença* ao processo educativo, fazendo emergir a educação multicultural, na qual se consolida a concepção pluralista de *cultura*. Ao preconizar a diversidade cultural, a educação multicultural responde aos anseios dos agrupamentos minoritários. Assinala Vieira (2000, p. 56):

A educação multicultural prende-se, antes de mais, com questões de justiça social, com preocupações políticas de procurar a igualdade e combater a discriminação que tem atingido determinadas camadas e grupos sociais. [...] Aplica-se hoje a [...] diferenças culturais que vão das questões linguísticas às classes sociais [...].

Entre os agrupamentos minoritários, incluem-se os usuários das variantes linguísticas que se distanciam da norma-padrão. A democratização do ensino favoreceu o acesso dos usuários das variantes não-padrão à escola, ocasionando a coexistência de diferentes realizações linguísticas no âmbito escolar. Em virtude dessa democratização, a escola tornou-se um espaço de manifestação da diversidade linguística brasileira. Atente-se à explanação de Mattos e Silva (2004, p. 65):

[...] aos poucos, mas irreversivelmente, [estão] chegando à escola e à universidade novos e numerosos segmentos da população brasileira, não mais sendo essas restritas aos filhos das oligarquias dominantes. Outras vozes falam e escrevem hoje no Brasil. E não há como não ouvi-las.

Na educação multicultural, ao se legitimar a diversidade cultural que singulariza a sociedade contemporânea, legitima-se a variedade linguística. A *diferença* sociocultural inscreve-se na variação linguística, instaurando-se uma relação direta entre identidade social e produção linguística. É por meio das suas peculiaridades linguísticas que o falante expressa a sua individualidade, construída no decorrer das relações socioculturais. Ao longo dessas relações, estabelecidas por intermédio de contatos interpessoais, explicitam-se as *diferenças* individuais do falante. Afirmo Kleiman (2006, p. 273): “As relações interpessoais implicariam num modo de tratar o outro e de se

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

posicionar ao seu respeito que salienta as diferenças individuais – a identidade pessoal –, destacando aquelas características que marcam o indivíduo como único e distinto [...]”.

Essas *diferenças* se manifestam, primordialmente, no plano linguístico. Quando se concebem as peculiaridades linguísticas do falante como um componente fundamental da sua individualidade, constata-se que falar diferente é *ser* diferente. Portanto, no cenário multicultural, aceitar as variantes não-padrão é um procedimento necessário, radicado numa postura ética perante a linguagem do outro. No contexto atual, no qual as identidades pessoais são construídas em meio a uma intensa intercomunicação das identidades culturais, faz-se extremamente proveitoso o exercício da consciência sociolinguística.

2.2 Consciência sociolinguística e competência comunicativa

A consciência sociolinguística provém de uma visão crítica da língua. Ao se adotar essa visão, percebe-se que a atividade linguística é o espaço da construção de identidades, o que a torna, com primazia, o *lugar da diferença*. Na atividade linguística, manifestam-se *diferentes* vozes sociais, emitidas por distintos agentes sociais. Efetivar a integração dessas vozes sociais às interações linguísticas, para que seus emissores se tornem participantes ativos da vida social, é uma atitude à qual nos conduz a consciência sociolinguística.

Trata-se, com efeito, de uma consciência crítica, que nos põe defronte a responsabilidade ética de assegurar um espaço social para a voz do outro. Por ser uma noção relacionada diretamente ao compromisso social, a consciência sociolinguística apresenta um caráter político, como se evidencia na asserção de Rajagopalan (2004, p. 125):

A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

A integração das *diferentes* vozes sociais às interações linguísticas é um processo a ser iniciado na escola, âmbito em que se realizam os primeiros contatos com o *diferente*. Para que essa iniciação ocorra na escola, faz-se imprescindível a focalização das variantes não-padrão no espaço escolar, principalmente daquelas utilizadas pelos alunos. A abordagem da variação linguística na sala de aula está vinculada à prática do professor de língua materna, docente cujos conhecimentos devem exceder o campo da Gramática Tradicional. É essencial que esse professor se utilize dos instrumentos fornecidos pela Sociolinguística e por outras disciplinas linguísticas, os quais lhe permitam adquirir uma visão analítica da variação. Elucidam Gorski e Freitag (2007, p. 94):

Ao ensinar a língua materna, o professor [...] deve estar atento à variedade de língua que o aluno traz. Para atingir os objetivos do ensino de língua, [...] não é suficiente nem é desejável que o professor conheça apenas a dimensão tradicional da gramática normativa. É imprescindível que ele transite por conceitos da Sociolinguística [...] e da Análise do Discurso [...].

Na área fronteira entre Sociolinguística e Análise do Discurso, situa-se uma noção fundamental para a abordagem da variação linguística: a *competência comunicativa*. Essa noção se encontra arraigada num conceito gerativista: a *competência linguística*, definida por Noam Chomsky como a aptidão de que dispõe o falante para produzir e compreender um número ilimitado de frases inéditas. Para a elaboração epistemológica de Chomsky, voltou-se Dell Hymes, inserindo-a no âmbito sociolinguístico. Faz-se proveitosa a explanação de Bortoni-Ricardo (2004, p. 73):

A principal novidade na proposta de Dell Hymes foi [...] ter incluído a noção de *adequação* no âmbito da competência. Quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura. São essas normas que lhe dizem quando e como monitorar seu estilo.

Dessa forma, Hymes estabelece um vínculo entre a *competência gramatical* de Chomsky e a variação estilística, na qual se verifica a adequação da produção linguística ao contexto comunicativo. Segundo Lyons (1981), tal adequação é possível

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

porque, aos usuários de uma língua, são oferecidos meios alternativos de se expressar o mesmo conteúdo significativo.

Ao observarem a diversidade desses meios alternativos de expressão, os teóricos da Análise do Discurso relacionaram a competência comunicativa ao domínio dos diversos tipos de discurso. Maingueneau (1998) conceitua tal competência como a capacidade – adquirida por meio das interações – de saber utilizar a língua de forma apropriada numa grande variedade de situações.

Por apresentar essa competência, o falante encontra-se apto a adequar sua produção linguística – oral ou escrita – aos diferentes contextos intrínsecos à vida em sociedade. No decorrer do convívio social, instauram-se distintos graus de formalidade, em virtude dos quais se exige do indivíduo o emprego de diferentes formas linguísticas. A capacidade de empregar tais formas é inerente ao falante, cujo repertório se diversifica à proporção que se amplia a vivência escolar do indivíduo.

A noção de *competência comunicativa* nos conduz a uma reconceituação de “falar corretamente”, na qual prevalece a ideia de **adequação linguística**. A partir dessa ideia, anula-se a noção de *fala modelar*, instituída pela Gramática Tradicional, e adota-se o conceito de *fala adequada*, originário dos estudos sociolinguísticos e discursivos destinados à variação. Desse modo, “falar corretamente” passa a significar *saber adequar a fala à situação comunicativa*. Expõe Marinho (2001, p. 161):

No cenário da tradição gramatical, [...] é preciso aprender o “bem-falar”, o falar “corretamente”, sem “erros”. Essa correção seria o fundamento para a manutenção da integridade da língua, fator de unidade nacional e da coesão social. [...] No discurso contemporâneo, o falar bem é falar com competência [...], conseguir os objetivos e efeitos de sentido desejados.

A concepção de *competência comunicativa* suprime a hegemonia da norma-padrão, evidenciando que a língua se fragmenta em *normas*, cuja adequação aos diversos contextos sociocomunicativos é a comprovação de que o indivíduo se tornou um usuário proficiente da língua. Ao anular a supremacia da norma-padrão, a concepção em questão possibilita a inserção das variantes não-padrão no ensino de língua materna. A partir dessa inserção, integram-se efetivamente as *diferentes vozes sociais* às interações linguísticas.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

Considerações Finais

A pesquisa sociolinguística demonstra os vínculos entre diversidade linguística e pluralidade cultural, explicitando o fato de que sob as variantes linguísticas pulsam variantes culturais. Diante dessa explicitação, percebe-se que a discriminação linguística implica a segregação cultural. Ao se contrapor à discriminação linguístico-cultural, a Sociolinguística assume um caráter ético, visto que põe em foco as identidades socioculturais subjacentes às variantes não-padrão.

A ética sociolinguística exerce um papel fundamental na sociedade contemporânea, na qual o ápice dos contatos interculturais nos impulsiona à interação com o *diferente*. No contexto atual, no qual se verifica uma nova dinâmica no âmago das relações socioculturais, impõe-se o reconhecimento de identidades linguístico-culturais preteridas por supremacias institucionalizadas.

Para tal reconhecimento, contribui fundamentalmente a pesquisa sociolinguística, atividade em que se entrelaçam a prática da ciência e o cultivo da ética. Nesse entrelaçamento, evidencia-se o humanismo intrínseco à Sociolinguística, disciplina comprometida, simultaneamente, com o acréscimo da norma-padrão ao cabedal do falante e com a preservação da identidade linguístico-cultural do indivíduo.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

AUROUX, Sylvain. Introduction. In: **Langages**: l'hyperlangue brésilienne. Par Sylvain Auroux, Eni Puccinelli Orlandi, Francine Mazière. Paris: Larousse, juin, n° 120, 1998.

BORGES, Maria de Lourdes et al. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

CAMACHO, Roberto. A variação linguística. In: **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus. Vol. 1.** São Paulo: Secretaria de Estado da Educação / CENP, 1988.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. In: **Teoria da linguagem e linguística geral.** Rio de Janeiro: Presença, 1987.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário das ciências da linguagem.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GORSKI, Edair; FREITAG, Raquel Meister Ko. Língua materna e ensino: alguns pressupostos para a prática pedagógica. In: SILVA, Camilo Rosa. (Org.). **Ensino de português: demandas teóricas e práticas.** João Pessoa: Ideia, 2007.

GUMPERZ, John Joseph. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro. (Org.). **Sociolinguística interacional.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HUDSON, Richard Anthony. **Sociolinguistics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HYMES, Dell. **Foundations in sociolinguistics.** London: Tavistock Publications, 1977.

KLEIMAN, Angela. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1992.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LYONS, John. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS

MARINHO, Marildes. **A oficialização de novas concepções para o ensino de português no Brasil**. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade linguística brasileira e ensino do português: proposições comentadas. In: **“O português são dois”**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **Variação e (´) identidade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras / Associação de Leitura do Brasil, 2001.

PRETI, Dino. **Sociolinguística**: os níveis de fala. São Paulo: EDUSP, 1994.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SIMÕES, Darcilia. Língua portuguesa e cidadania: uma perspectiva multidialetal para o ensino. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (Org.). **Língua e cidadania**: novas perspectivas para o ensino. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.

TRUDGILL, Peter. Language and social interaction. In: **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. Great Britain: Penguin Books, 1986.

VIEIRA, Ricardo. **Ser igual, ser diferente**: encruzilhadas da identidade. Lisboa: Profedições, 2000.

Recebido em: 28/09/2017

Aceito em: 10/10/2017